



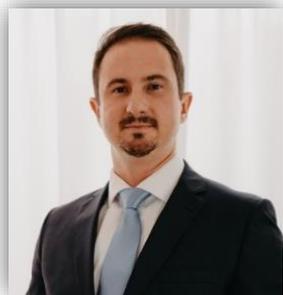
CLIPPING DE ATUALIZAÇÕES

edição 09 de 2025

Apresentação	1
Andamento dos concursos	2
Projetos em Destaque	4
Atualizações Legislativas de Destaque.....	5
Alterações Jurisprudenciais de Destaque.....	6
<i>No âmbito do STF.....</i>	<i>6</i>
<i>No âmbito do STJ.....</i>	<i>7</i>
Atualizações nos Cursos.....	8
<i>Legislação Penal Especial.....</i>	<i>8</i>
<i>Provas comentadas e Sistema de questões.....</i>	<i>8</i>
Artigos no Blog	9
Fechamento.....	9



APRESENTAÇÃO



Caros, alunos! Seja bem-vindo ao nosso *clipping* de atualizações dos cursos do Estratégia Carreira Jurídica. É um pedido frequente de nossos alunos informar as atualizações operadas nos cursos.

Hoje, mais 80 professores participam do site. Posso garantir que todos os dias a plataforma recebe novos conteúdos. Novos LDIs são lançados, novos PDFs publicados, novos vídeos acrescentados aos cursos, novas questões inseridas nas bases, novas faixas de áudio são publicadas. Isso sem considerar os ajustes e atualizações aos conteúdos já existentes. Sabemos muito bem como é rica nossa produção legislativa e jurisprudencial. Sabemos igualmente como isso repercute em provas.

É impossível e pouco profícuo detalhar absolutamente todas as atualizações, porém, é imprescindível que você saiba quais são modificações mais importantes deste *corpo vivo* que é plataforma de Carreiras Jurídicas. Com esse propósito e a partir de *feedbacks* recebidos por nossos alunos, faremos publicar, mensalmente, este *clipping*, o qual trará:

1. projetos em destaque na Coruja Jurídica;
2. atualizações legislativas de destaque;
3. atualizações jurisprudenciais de destaque;
4. novas provas inseridas em nossas bases de questões; e
5. atualizações promovidas em nossos materiais, especialmente nos LDIs, PDFs e videoaulas.
6. sistema de questões



7. estudo estratégico
8. Blog do estratégia carreira jurídica

Continuamos firmes no propósito de manter a excelência de nossa plataforma para os concursos jurídicos.

Antes de começar, algumas notas:

a) Nesta edição, consideramos as alterações promovidas na plataforma de **25 de abril a 9 de maio de 2025**.

b) qualquer crítica, dúvida ou relato de desatualização nos procure em ecj@estrategia.com, canal direto de comunicação com a coordenação do curso.



ANDAMENTO DOS CONCURSOS



Caros alunos, as últimas semanas continuaram movimentadas com diversas notícias relevantes, que indicam que o semestre deve continuar intenso, com várias oportunidades.

Sintetizo as principais notícias envolvendo concursos jurídicos dos últimos dias. Caso deseje, deixamos link para acesso à notícia completa em nosso blog.

ENAM

ENAM: Provas dia 18 de maio com mais de 42 mil inscritos!

A prova do ENAM será aplicada em **18 de maio** e registrou **42.905 candidatos inscritos**. O exame é requisito obrigatório para ingresso em concursos da magistratura. Os candidatos ainda têm até **9 de maio** para enviar o comprovante de aferição racial.

Magistratura

Concurso Magistratura TO: Provas marcadas para 29 de junho; 1.994 inscritos!

O concurso para Juiz Substituto do Tribunal de Justiça do Tocantins registrou 1.994 inscrições homologadas. A prova objetiva está confirmada para o dia 29 de junho de 2025. São 7 vagas imediatas, com remuneração inicial de **R\$ 32.350,30**.

Delegados

Concurso Delegado PI - Reajuste sancionado e edital previsto

Foi sancionado o reajuste salarial dos Delegados da Polícia Civil do Piauí. A mudança na Lei nº 7.767/2022 garante aumento a partir de **maio de 2025**, inclusive para inativos e pensionistas. Um novo **concurso PC PI com 400 vagas (200 imediatas + 200 CR)** está previsto para o segundo semestre.

Concurso Delegado PR - Comissão formada; novo edital sai ainda no 1º semestre!



O concurso para **Delegado da Polícia Civil do Paraná** foi autorizado oficialmente com previsão de publicação do edital nos próximos meses. A comissão organizadora está formada e a escolha da banca será o próximo passo.

Defensorias

Concurso DPE MT Defensor - Comissão organizadora formada

A Defensoria Pública do Mato Grosso formou a comissão organizadora do VII concurso para Defensor Público. O regulamento do certame já foi publicado e novos avanços são esperados nas próximas semanas.

Procuradorias

Concurso PGE MT - Procurador do Estado: Governador pede criação de 40 cargos

O governador Mauro Mendes solicitou urgência à Assembleia Legislativa para votar o projeto de criação de **40 novos cargos de Procurador do Estado** e **60 comissionados** na PGE MT. A expectativa é de que o concurso seja anunciado assim que a proposta for aprovada.

Concurso PGM Uberlândia MG - Banca definida!

A Prefeitura de Uberlândia (MG) definiu o **Instituto Consulplan** como banca do novo concurso para Procurador Municipal. O edital contará com **1 vaga imediata + CR**, e o salário atual do cargo é de **R\$ 17.136,27**.

MPs

Concurso MP MA - Promotor de Justiça Substituto: Inscrições abertas até 04/06!

Com 10 vagas imediatas + cadastro de reserva, o concurso do Ministério Público do Maranhão segue com inscrições abertas até **04 de junho de 2025**, no site do Instituto AOCP. A taxa é de R\$ 350,00 e o salário inicial é de **R\$ 32.350,30**.

Advogados

Concurso CRF DF - Advogado Banca definida: edital em breve!

O Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal definiu o Instituto Quadrix como banca organizadora do próximo concurso para Advogado. O edital está em fase final e deve ser publicado nos próximos dias. O último concurso aconteceu em 2017.





PROJETOS EM DESTAQUE



Aqui, informamos, de forma objetiva, alguns projetos de destaque, destinados aos nossos assinantes.

Existem diversos projetos já em andamento, que se iniciaram antes do período de apuração desta edição. Esses projetos todos podem ser acompanhados no calendário de eventos, que consta da mesa de estudos.

Eventos do Estratégia
Temos 140 eventos disponíveis atualmente

Exibir: Todos os eventos

Maio 2023

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31	1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11

Sexta-feira 12/05/2023

Exibir para todos os eventos

- CURSO INTENSIVO PARA MP-BA (PROMOTOR DE JUSTIÇA) - PÓS-EDITAL - DIREITO PENAL - (FLÁVIO MILHOMEM) 08:30 h - 12:00 h
- HORA DA VERDADE: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL (PROCURADOR) - DIREITO FINANCEIRO - (JOAO LAWALL) 10:00 h - 11:30 h
- ASPECTOS DOUTRINÁRIOS E JURISPRUDENCIAIS RELEVANTES DA LEI DE DROGAS 10:00 h - 11:30 h
- ASPECTOS DOUTRINÁRIOS E JURISPRUDENCIAIS RELEVANTES DA LEI DE DROGAS 10:00 h - 11:30 h
- A MELHOR PREPARAÇÃO PARA A PROVA DISCURSIVA AGU E PROCURADOR FEDERAL 18:00 h - 19:00 h
- CURSO INTENSIVO PARA MP-BA (PROMOTOR DE JUSTIÇA) - PÓS-EDITAL - PROCESSUAL CIVIL - (RODRIGO VASLIN) 19:00 h - 22:30 h
- CURSOS EXCLUSIVOS PARA CARREIRA JURÍDICA - DIREITOS HUMANOS - (ALLAN JOSS, FLÁVIA PIOVESAN) 19:00 h - 20:30 h



Dentre os novos projetos, destacamos que ainda teremos os seguintes:

- **ASSINATURA VITALÍCIA 2025** ([assista aqui](#))
- **Sentença Criminal para Magistratura Federal e Estadual (Juiz) - a partir de 14/05** ([assista aqui](#))
- **Hora da Verdade: III ENAM** ([assista aqui](#))
- **Hora da Verdade: DPE-PE (Defensor)** ([assista aqui](#))
- **Hora da Verdade: PCCE** ([assista aqui](#))
- **Hora da Verdade: TRF 5** ([assista aqui](#))



Lembramos mais uma vez que criamos **grupos de comunicação** específicos para nossos alunos, de acordo com a carreira pretendida. Sugerimos que ingressem neles, para que fiquem bem informados sobre tudo que acontece na carreira, concursos e nossos cursos. Além disso, neles serão avisados sobre as **mentorias coletivas** de cada carreira. Estes os links:

- [Cartórios](#)



- [Defensoria](#)
- [Delegados](#)
- [Magistratura](#)
- [Procuradorias](#)
- [Promotorias](#)

ATUALIZAÇÕES LEGISLATIVAS DE DESTAQUE



Olá, sou Yasmin Ushara, coordenadora do Estratégia Carreiras Jurídicas, e aqui venho destacar alterações legislativas relevantes desta edição, para deixá-lo a par das novidades legais que possam impactar em futuras provas na área jurídica.

Não destacaremos tudo, mas apenas as mais relevantes. Lembro que os professores, na medida em que desenvolverem os conteúdos, reportarão as novidades nos respectivos cursos escritos e em vídeo.

No período desta edição **tivemos publicação das seguintes leis relevantes** para os concursos públicos em **Direito Penal**:

Lei nº 15.134, de 6.5.2025 - Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), 12.694, de 24 de julho de 2012, e 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para reconhecer como atividade de risco permanente as atribuições inerentes ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública e garantir aos seus membros e aos oficiais de justiça medidas de proteção, bem como recrudescer o tratamento penal destinado aos crimes de homicídio e de lesão corporal dolosa contra eles e os membros da Advocacia Pública, desde que no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente, inclusive por afinidade, até o terceiro grau, em razão dessa condição.

Em **Direito Sanitário**, tivemos:

Lei nº 15.126, de 28.4.2025 - Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para estabelecer a atenção humanizada como princípio no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).



ALTERAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DE DESTAQUE



Continuo aqui com vocês para tratar, com o mesmo objetivo, dos destaques envolvendo a jurisprudência, especialmente dos tribunais superiores. Rica como é, temos vários temas que podem ser objeto de prova, todos apurados nos últimos dias.

Ressaltamos que estes precedentes serão comentados pelo Professor Jean Vilbert no Informativo Estratégico:

▣ [Informativo Estratégico STF](#)

▣ [Informativo Estratégico STJ](#)

NO ÂMBITO DO STF

Conselheiros de Tribunal de Contas estadual: ordem de indicação e requisitos para substituição por auditores (Direito Constitucional)

No preenchimento das vagas para o cargo de conselheiro de Tribunal de Contas estadual de competência do governador, essa autoridade deve, primeiramente, indicar as vagas destinadas aos auditores e membros do Ministério Público junto à Corte de Contas e, na sequência, uma de sua livre escolha. (ADI 5.587/BA, relator Ministro André Mendonça, julgamento virtual finalizado em 24.04.2025 - Informativo 1.174)

Arrolamento sumário: dispensa de comprovação de pagamento do ITCMD para partilha ou carta de adjudicação (Direito Tributário e Direito Processual Civil)

É constitucional – e não invade a competência reservada à lei complementar em matéria tributária nem ofende o princípio da isonomia tributária – norma que dispensa a comprovação do pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) como condição para lavratura de formal de partilha ou elaboração de carta de adjudicação em arrolamento sumário. (ADI 5.894/DF, relator Ministro André Mendonça, julgamento virtual finalizado em 24.04.2025 - Informativo 1.174)

Reforma da Previdência: EC nº 103/2019 e aposentadoria de policiais civis e federais do sexo feminino (Direito Constitucional e Direito Previdenciário)

Encontram-se presentes os requisitos para a concessão parcial da medida cautelar, pois: (i) há plausibilidade jurídica no que se refere à alegação de afronta ao vetor constitucional da igualdade material de gênero na fixação de critérios de aposentação de policiais mulheres civis e federais implementada pela Emenda Constitucional nº 103/2019; e (ii) há perigo da demora na prestação jurisdicional, consubstanciado no potencial de a incidência da disciplina impugnada causar dano irreparável ou de difícil reparação, ao dificultar ou mesmo impedir a aposentadoria das policiais civis e federais. (ADI 7.727 MC-Ref/DF, relator Ministro Flávio Dino, julgamento virtual finalizado em 24.04.2025 - Informativo 1.174)

Fundo Orçamentário Temporário: critérios para o depósito de percentual dos incentivos de ICMS (Direito Tributário)

“(i) É constitucional a exigência de depósito de percentual de benefícios fiscais de ICMS para o Fundo Orçamentário Temporário (FOT), nos termos da ADI 5.635; e (ii) é infraconstitucional e fática a



controvérsia sobre a possibilidade de exigir o depósito ao FOT em benefícios fiscais de ICMS concedidos por prazo certo e sob condição.” (Tema 1.386 RG. RE 1.506.320/RJ, relator Ministro Presidente, julgamento finalizado no Plenário Virtual em 11.04.2025 - Informativo 1.175)

NO ÂMBITO DO STJ

É cabível a fixação de honorários advocatícios em incidentes processuais, especificamente no incidente de descon sideração da personalidade jurídica, quando o pedido é indeferido (Direito Processual Civil)

A fixação de honorários advocatícios é cabível em incidentes processuais que resultem em alteração substancial da lide, como no indeferimento do pedido de descon sideração da personalidade jurídica. (REsp 2.042.753-SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Corte Especial, por unanimidade, julgado em 2/4/2025 - Informativo 848)

É obrigatória a intervenção da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) em ação de adoção de criança indígena; e é competente a Justiça Estadual para o processamento da ação de adoção (Direito da Criança e do Adolescente e Direito Processual Civil)

É do melhor interesse de crianças e adolescentes indígenas a competência da Justiça Estadual para processar e julgar ações de adoção, assim sendo, a intervenção da FUNAI em tais situações, ainda que obrigatória, não atrai a competência automática da Justiça Federal. (Processo em segredo de justiça, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, por unanimidade, julgado em 3/4/2025, DJEN 9/4/2025) - Informativo 848)

Compete à Justiça Federal julgar crime ambiental contra espécie vegetal ameaçada de extinção, considerando a configuração de interesse da União (Direito Ambiental e Direito Processual Civil)

A proteção da flora ameaçada de extinção é equiparada à proteção da fauna, não havendo distinção quanto ao interesse da União, o que justifica a competência da Justiça Federal para julgar crime ambiental contra espécie vegetal ameaçada de extinção. (AgRg no CC 206.862-SC, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, Terceira Seção, por unanimidade, julgado em 18/2/2025, DJEN 24/2/2025 - Informativo 848)

Benefício de isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI para a aquisição de veículo automotor novo por pessoa portadora de visão monocular (Direito Tributário)

O portador de visão monocular tem direito à isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de veículo automotor. (REsp 2.185.814-RS, Rel. Ministro Afrânio Vilela, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 22/4/2025, DJEN 28/4/2025 - Informativo 848)

A aplicação da agravante do art. 61, II, f, do Código Penal, em conjunto com o art. 24-A da Lei Maria da Penha, configura *bis in idem* (Direito Penal)

A aplicação da agravante do art. 61, II, f, do Código Penal ao crime de descumprimento de medida protetiva de urgência, previsto no art. 24-A da Lei Maria da Penha, configura *bis in idem*, pois o contexto de violência doméstica já é elemento constitutivo desse tipo penal. (REsp 2.182.733-DF, Rel. Ministro



Ribeiro Dantas, Quinta Turma, por unanimidade, julgado em 8/4/2025, DJEN 22/4/2025 - Informativo 848)

O monitoramento realizado por câmera instalada em via pública não configura ação controlada, trata-se de diligência legítima para angariar indícios de prática criminosa (Direito Processual Penal)

O monitoramento realizado por câmera instalada em via pública não configura ação controlada e prescinde de autorização judicial, sendo diligência legítima para angariar indícios de prática criminosa. (AgRg no RHC 203.030-SC, Rel. Ministro Carlos Cini Marchionatti (Desembargador convocado do TJRS), Quinta Turma, por unanimidade, julgado em 1º/4/2025, DJEN 8/4/2025 - Informativo 848)



ATUALIZAÇÕES NOS CURSOS

Diariamente os cursos do Estratégia são atualizados. Temos uma base ampla de conteúdo com time dedicado de colaboradores, responsáveis por manter tudo funcionando. Não é profícuo relatar todas as atualizações que fazemos.

Há PDFs novos sendo publicados, faixas em áudios recentemente editadas, aulas em vídeo associadas, questões novas cadastradas e inseridas no sistema. Contudo, temos convicção de que algumas alterações você deve conhecer.

O objetivo desta seção, a mais importante do nosso clipping, é justamente descrever as principais alterações havidas em nosso material. Nossa sugestão: leia. Observe os links que direcionarão aos materiais e, em caso de dúvidas, procure o professor pelo fórum de dúvidas ou, por email, o nosso time de coordenação (canto inferior esquerdo, na área do aluno).

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Em razão da vigência da Lei 15.125/25, a nossa aula de violência doméstica e familiar contra a mulher (aula 11 do curso de legislação penal especial) foi modificada para contemplar essa importante inovação legislativa. De acordo com o art. 22, §5º, da Lei Maria da Penha, a medida protetiva de urgência poderá ser cumulada com a sujeição do agressor a monitoração eletrônica, disponibilizando-se à vítima dispositivo de segurança que alerte sobre sua eventual aproximação.

PROVAS COMENTADAS E SISTEMA DE QUESTÕES

Nosso Sistema de questões é constantemente atualizado com as últimas provas comentadas de carreiras jurídicas.

Além do filtro para resolução de questões em si, temos a possibilidade de construir cadernos e simulados.



No **caderno de questões** você encontrará as questões comentadas em texto e em vídeo (quando possuímos vídeos), e obterá as respostas imediatamente após respondê-las. É a melhor ferramenta para estudar por questões.

Por outro lado, em um **simulado** você terá o mesmo tempo que disporia na prova oficial para realizar as questões, por exemplo, cinco horas, mas você só conseguirá ver as respostas, seus erros e os seus acertos após finalizar o simulado. É como o dia da prova: iniciado o simulado, não é possível pausá-lo: você precisa ir até o fim. Portanto, programe-se para realizá-lo. Nele, você treinará a sua rapidez em solucionar questões, bem como lidará com o estresse inerente à realização da prova. Sugiremos realizá-los, ao menos, uma vez ao mês, em um "ambiente de prova": sem distrações (celulares, pessoas, televisões) e em local reservado.

Nesta edição, tivemos a seguinte prova em carreiras jurídicas:

- I ENAC ([acesse aqui](#))
- TJSC ([acesse aqui](#))

Ressaltamos que todas as Provas comentadas antecedentes estão disponibilizadas, com comentários, no nosso Sistema [Estratégia Questões \(estrategia.com\)](#), bem como no curso [Provas comentadas](#).

ARTIGOS NO BLOG

Recomendamos que sempre acompanhem nosso Blog, onde os professores tratam de todas as notícias relevantes para o mundo jurídico, além de muito conteúdo atual e aprofundado que fará diferença na sua preparação.

No período desta edição, tivemos muitos artigos interessantes em nosso Blog. Destacamos os seguintes:

- Estado de coisas inconstitucional: ADPF é ajuizada perante o STF ([acesse aqui](#))
- Proteção redobrada a juízes, promotores e defensores públicos ([acesse aqui](#))
- Inteligência artificial: aumento de pena para crimes contra mulheres ([acesse aqui](#))
- Financiamento público de espetáculos artísticos ([acesse aqui](#))

FECHAMENTO

Amigos, esperamos que vocês tenham gostado do nosso clipping de hoje.

Destacamos que vocês podem acompanhar todos os demais projetos que estão em andamento em nosso calendário, na [Mesa de Estudos](#).

Abrços,

A Coordenação